

Mulheres e vida diplomática: balanço, possibilidades metodológicas e propostas¹

Paula Bruno²

Introdução: novas perspectivas nos estudos sobre a vida diplomática

Este capítulo possui dois objetivos principais. Por um lado, apresento uma revisão sistemática da produção acadêmica sobre as trajetórias de mulheres que circularam em distintos circuitos diplomáticos em uma larga duração. A atenção esteve centrada nas publicações das últimas duas décadas que trataram da renovação da história diplomática e são provenientes de diversas áreas, entre as quais a História Cultural, a História Política, a História das Mulheres e, e em menor medida, o ramo das Relações Internacionais com uma perspectiva de gênero. Por se tratar de uma visão geral da literatura produzida em caminhos paralelos e que nem sempre se conectam, o foco recaiu sobre dois grandes espaços geográficos: Europa Ocidental e América Latina. Ao mesmo tempo, ofereço uma possível divisão dos textos em conjuntos, com base em minhas leituras e reflexões. Em segundo lugar, à luz de uma experiência de pesquisa materializada nos últimos anos, proponho uma série de perfis para estudar as mulheres da vida diplomática latino-americana do século XIX até a Primeira Guerra Mundial e algumas reflexões metodológicas para realizar estudos históricos sobre elas. Espero que este texto seja, em parte, um convite para ampliar estas perspectivas e somar outras geografias e outros perfis que permitam enriquecer este panorama.

1 Este ensaio foi publicado em inglês anteriormente com o seguinte título: "Women and Diplomatic Life: An Overview with Methodological Directions and Proposals". In: CARBÓ, Elisabet; ROIG SANZ, Diana (eds.). *Culture as Soft Power. Bridging Cultural Relations, Intellectual Cooperation, and Cultural Diplomacy*. Berlim: De Gruyter, 2022, p. 43-64. ISBN: 9783110744552.

2 Paula Bruno, PhD pela Universidade de Buenos Aires e especialista em história cultural e intelectual. Este texto apresenta resultados parciais do projeto CNS2023-144118.

Durante décadas, os temas relacionados com a projeção exterior das nações, o surgimento de ministérios e a profissionalização do exercício diplomático forjaram as histórias estatais, atentas às definições territoriais, aos momentos de tensão bélica e aos acordos que garantiram o desenvolvimento das nações em âmbito internacional. Esta história da diplomacia e das relações entre nações não possuía espaço para atender os atores não governamentais e espaços não estatais. Já a “nova história diplomática”, que mostra seus resultados desde inícios dos anos 2000, tem como meta primordial revisar e transcender as histórias estritamente institucionais dos âmbitos propiciados pelo serviço exterior. Ao deslocar o foco central dos problemas e dinâmicas estatais, novos atores e espaços se tornaram objeto de estudo e interesse. Deste modo, figuras anteriormente consideradas de segundo nível ou meros “figurantes” do cenário internacional começaram a ganhar espaço (Schweizer e Schumann, 2008).

A nova história diplomática incorporou novos temas para pensar de maneira dinâmica, por exemplo, as relações entre globalização e o avanço da profissionalização dos serviços exteriores e os vínculos culturais de mão dupla nos quais os agentes da diplomacia desempenharam papel central. Também passou a ser considerado o papel dos viajantes na construção de imagens sobre os países e seus impactos nas decisões sobre envio de missões e comissões oficiais e na construção de imaginários imperiais gerados a partir da circulação diplomática, entre tantos outros temas (Stephanson, 1998). Desta maneira, desde a década de 1990, surgiram novas perguntas de pesquisa que permitiram revitalizar os estudos sobre o campo diplomático e sobre os atores que o transitaram (Plummer, 2005).

Uma das linhas de interesse da denominada nova história diplomática se vincula com a produção incipiente do que alguns autores propõem chamar “nova história cultural da diplomacia”, a qual tem incorporado estudos de gênero, de memória e de alteridade a pesquisas sobre aspectos do serviço exterior. Estas propostas têm sido criticadas por colocar a ênfase na agência, na contingência e nos acasos das relações internacionais (Reynolds, 2006). Entretanto, desde a publicação, em 1986, do livro *International Cultural Relations*, de J. M. Mitchell, o estudo dos aspectos culturais das relações entre países se consolidou em distintos campos acadêmicos e se pode falar

na atualidade de uma área que alguns especialistas denominam “história cultural das relações internacionais” (Marichal e Pita González, 2019).

Entre as linhas de interesses promotoras destas novas perspectivas e que nos interessa destacar aqui está a que foi proposta por alguns autores para pensar as “experiências diplomáticas”. A saber, a que enfatiza as vivências e as formas de atuar de diferentes agentes das tramas diplomáticas. Esse tipo de abordagem trouxe à tona figuras que, durante décadas, estiveram ausentes dos livros sobre diplomacia estatal, como esposas, irmãs e acompanhantes responsáveis por serviços pessoais e domésticos. Ela também propiciou novas perguntas sobre atores que eram estudados a partir de outras perspectivas que não atendiam aos aspectos performativos dos mesmos, como os secretários. Desta maneira, os estudos sobre estes agentes deram atenção à forma particular de comunicação que empregavam, à gestualidade que consideravam apropriada, e a elementos da aparência adaptada aos círculos diplomáticos (Sabbatini e Volpini, 2011; Andretta *et al.*, 2020). Estas abordagens podem ser ilustradas por livros sobre o período compreendido entre os séculos XV e XVII e que propunham estudar, por um lado, as tarefas estatais dos enviados diplomáticos e, ao mesmo tempo, as experiências concretas de figuras que circulavam por cortes europeias, realizavam missões no Vaticano e se encarregavam de negociar assuntos estatais (Biow, 2002; Frigo, 2000). Por outro lado, foram estudadas as oportunidades e possibilidades abertas por estas tarefas para aqueles que as encarnavam, as margens de autonomia dos enviados diplomáticos e os distintos níveis de autoformação (individual, coletivo, estatal) projetados a partir dos âmbitos internacionais (Sowerby e Craigwood, 2019).

Estes novos caminhos para a seleção de objetos de estudo, organização de perguntas de pesquisa e revisão de certos aspectos levaram a uma ampliação dos estudos sobre mulheres e vida diplomática. O objetivo da parte seguinte deste texto é propor uma visão geral de possíveis leituras para explicar essas renovações, que pararam nas esferas europeias.

Mulheres e vida diplomática: balanço e chaves de leitura para casos europeus

Dentro das agendas mencionadas, as mulheres na vida diplomática ganharam presença, e não apenas nos espaços acadêmicos. O que pode ser constatado nos indícios provenientes dos mercados editoriais destinados a amplas audiências, como o sucesso de livros como *Daughters of Britannia. The Lives and Times of Diplomatic Wives* (1999 e suas sucessivas reedições), de Katie Hickman; *Amanti e regine. Il potere delle donne* (com várias edições em espanhol, italiano e francês na década de 2000), de Benedetta Craveri; *Propos irrévérencieux d'une épouse d'ambassadeur* (2002), de Andrée Dore-Audiber e as memórias de Huguette Pérol intituladas *Femme d'ambassadeur* (2002).

A bibliografia acadêmica disponível dedicada às mulheres nos circuitos diplomáticos varia em intensidade de acordo com as cronologias e com o recorte geográfico. Proponho aqui um balanço possível que centra a atenção nas produções da Europa Ocidental e da América Latina. A produção é heterogênea, mas proponho organizar em áreas de interesses comuns que dividi em cinco grupos, os quais detalho a seguir.

A primeira área aborda perfis de mulheres europeias inseridas na cultura diplomática cortesã entre os séculos XVI e XVIII. As pesquisas analisaram os papéis e ações das mulheres no que concerne às alianças matrimoniais, aos salões aristocráticos, à circulação internacional de princesas, às visitas para solucionar problemas territoriais, entre outros aspectos. Nestas contribuições, destacaram-se algumas figuras como as “noivas diplomáticas” ou “prometidas dinásticas”, que deixaram de ser apresentadas nos termos rígidos propostos pelos estudos sobre “mercados matrimoniais” e começaram a ser pensadas como articuladoras de relações e negociações. Deste modo, foram estudadas as margens de ação empregadas pelas mulheres nas relações cortesãs e foram problematizadas as superposições e tensões entre ambições pessoais, interesses familiares e expectativas estatais. Assim, foram objeto de estudo as figuras que, nos cenários diplomáticos transnacionais, ingressaram na arena diplomática e se tornaram tanto responsáveis por introduzir novidades nas suas terras de origem como emissárias fundamentais em conjunturas de

impacto para a tomada de decisões geopolíticas (Downie, 1999; Sluga e James, 2016). Em consonância com essas contribuições, outros estudos sobre a vida na corte enfatizaram o papel das mulheres em influenciar os outros e fazer circular informações de interesse político. Entre estas mulheres, encontravam-se viúvas, acompanhantes ocasionais, emissárias, viajantes e observadoras camufladas que atuavam quase como espiãs (Broomhall, 2018; Craveri, 2005a e 2005b, e 2006; Daybell e Svante, 2017; Matheson-Pollock e Fletcher, 2018).

De acordo com as contribuições acima mencionadas, foram publicados estudos que, com foco nos reinos europeus entre os séculos XV e XVIII, trataram de perfis como “esposas de embaixadores” ou simplesmente “embaixadoras”, destacando que nem todas as mulheres de famílias nobres eram consideradas para essa função, pois estava condicionada ao reconhecimento de certas habilidades e maneiras. Estas “embaixadoras”, integradas aos circuitos diplomáticos, formavam redes de sociabilidade feminina que poderiam ter impacto na tomada de decisões diplomáticas (Allen, 2019; Comsa, 2016; Hanotin, 2012; Lauzon, 2014).

Em uma segunda área de contribuições sobre as mulheres e a vida diplomática europeia, os estudos que se concentraram em um perfil bem conhecido, o das *salonières*, merecem um lugar especial, mas com perguntas renovadas e mais atenção às suas ações como mediadoras. Entre os trabalhos disponíveis, alguns nomes se destacam claramente dos demais, como Germaine de Stäel, Dorothea Lieven e Marie de Vichy-Chamrond (conhecidas como Madame de Stäel, Madame Lieven e Madame du Duffand). Mas outros nomes também começaram a ser explorados e um olhar mais atento foi proposto para o tipo de troca de ideias e novidades que os salões promoviam. Dessa forma, foi recentemente proposto repensar a dinâmica do lazer e da sociabilidade mais associada à “vida mundana”, sobrepondo-se à necessidade das mulheres dos salões se mostrarem cultas e educadas para serem reconhecidas como animadoras sociais e culturais (Leduc, 2020). Entre os tópicos mais discutidos sobre esses perfis, destacam-se as possibilidades que algumas dessas mulheres tinham nas esferas diplomáticas, pois possuíam títulos, conexões familiares e proximidade com os homens que tomavam decisões políticas; suas experiências em espaços de debate e, em alguns casos, a chance de fazer parte de esferas

de discussão pública que transcendiam os salões, como os congressos internacionais em que eram tratados problemas territoriais e tomadas decisões sobre os tempos de guerra e paz (Anderson, 2006; Cromwell, 2007; Craveri, 2006; Guenther, 2012; Kale, 2002, 2004 e 2006; Sánchez Mejía, 2015; Sluga e James, 2016).

Uma terceira linha de produção se concentra no período que se estende entre o século XIX e as décadas iniciais do século XX, e interconecta cenários europeus com americanos. Os estudos disponíveis compartilham o diagnóstico de considerar a Primeira Guerra Mundial como divisor de águas em tudo o que diz respeito à diplomacia e à organização dos serviços exteriores dos países. Para este recorte temporal, vários autores apontam para o diálogo entre figuras próximas aos salões aristocráticos da sociabilidade diplomática e novos perfis, consolidados no calor da afirmação dos Estados nacionais e da profissionalização dos funcionários públicos. Nesse contexto, os diplomatas de carreira e os profissionais começaram a implantar novos conhecimentos como especialistas. Enquanto a cultura diplomática da corte estava relacionada com os tempos, gestos e jargões aristocráticos, nas figuras diplomáticas delineadas no século XIX, os valores, o comportamento e as “maneiras burguesas” começaram a prevalecer (Casado Sánchez e Moreno Seco, 2014). Nesse contexto, novas funções foram abertas para as mulheres na esfera pública e o número de espaços nos serviços exteriores também se multiplicou (Sluga e James, 2016). Entre os perfis que se apresentam para estudar trajetórias femininas neste contexto se destaca o de “damas – ou senhoras – diplomáticas”, proposto para abordar algumas mulheres norte-americanas das décadas iniciais do século XX definidas como “quase profissionais”, como esposas de agentes do serviço exterior, dado que correspondiam a certas atitudes, conheciam os protocolos e não improvisavam seus papéis de anfitriãs e organizadoras de jantares e festas. Ao mesmo tempo, mantinham relações com outras mulheres de diplomatas e eram mediadoras de relações entre funcionários de distintas geografias (Mori, 2015; Wood, 2005).

Estas considerações seguem, em parte, uma linha proposta em décadas anteriores, referente à figura da “esposa do embaixador” ou “esposa do diplomata” (Hochschild, 1969; Perkins, 1954). Em vários destes trabalhos, foram feitas referências relativas à aparência, à beleza e ao encanto das

mulheres como ferramentas, aos modos como parte da comunicação e temas afins (Wood, 2007). Estas mesmas considerações possuem ecos nas noções de “companheira – ou consorte – diplomática” e “*partner* oficial”, propostas com o objetivo de dar conta de acompanhantes diplomáticas concebidas como atores transversais no momento de tecer relações, e inclusive como agentes de *soft power*. Em algumas análises, propôs-se estudar as relações internacionais a partir de uma perspectiva individual, social e política e à luz das trajetórias das esposas, mas também de secretárias e secretários, e de outros atores que colaboravam na consolidação de redes e negociações através de relações de amizades e afeto (Domett, 2005; Wood, 2015). Em trabalhos sobre o século XX, se encontra também a expressão “embaixadoras não oficiais”, uma referência a este papel ocupado pelas mulheres durante anos e que, dentro da perspectiva de alguns especialistas, as transformava em agentes da “diplomacia cultural não estatal”. Nesta chave de leitura, estas mulheres atuaram como formadoras de interrelações e transmissoras de valores culturais de seus países em terras longínquas (Biltekin, 2020).

Um quarto grupo de contribuições concentrou suas atenções nos processos posteriores à Primeira Guerra Mundial. Este foi o momento em que os ofícios diplomáticos se multiplicaram e o papel das mulheres nas repartições dos serviços exteriores e nos organismos internacionais propiciaram oportunidades para que algumas delas, em nome próprio, conquistassem um lugar; também foram abertos espaços profissionais ocupados por aquelas que contavam com certos saberes ligados às burocracias: tradutoras, contadoras, estenógrafas e outros tipos de postos de escritório ganharam presença ao longo do século.

Por um lado, as figuras-chave do circuito pan-americano chamaram atenção (Berger, 2015; Cândida Smith, 2017) das agências de cooperação internacional (Goodman, 2012; Pita González, 2014), e dos departamentos de Estado dos serviços exteriores de vários países, como Austrália (Stephenson, 2019), Canadá (Bashevtin, 2009), Estados Unidos (Calkin, 1978; Jeffreys-Jones, 1997; Nash, 2002; Wood, 2015), México (Ramírez Flores, 2006), França (Thuillier, 1989), Grã-Bretanha (McCarthy, 2009, 2014, 2015) e Holanda (Dierikx, 2020).

Por outro lado, alguns estudos concentraram o olhar em movimentos, agrupações ou correntes transnacionais de pensamento e ação nos quais os papéis das mulheres foram relevantes, como o pacifismo e as antibeligerâncias, as lutas pelos direitos civis e políticos, as ações de movimentos feministas e outras associações surgidas da sociedade civil que tiveram um impacto em reivindicações políticas e humanitárias (Alonso, 1992; Blasco Lisa e Magallón Portolés, 2020; Gottlieb e Jhonson, 2020; Iriye, 2002; McKenzie, 2011; Papachristou, 1990; Patterson, 2008; Rupp, 1994 e 1996). De forma complementar, algumas contribuições recentes estudaram as ocupações de escritório atribuídas a mulheres em espaços ligados a circuitos de diplomacia (Gottlieb e Jhonson, 2020).

Um último conjunto de literatura que se atentou às mulheres na diplomacia provém da disciplina de Relações Internacionais e enfatiza as mulheres que ocuparam espaços já profissionalizados durante a segunda metade do século XX e começo do XXI. Algumas compilações dão conta destas perspectivas, centradas em casos nacionais, como França (Denéchère, 2003) ou Brasil (Soares Balestero, 2017), e outras apresentam panoramas mais gerais (Bayes, 2012; Alexander, Bolzendahl e Jalalzai, 2018; Sibley, 2012). Em vários destes trabalhos, são analisados os imaginários e as leis sobre igualdade de gênero e tratam de mulheres que desenvolvem sua atividade em áreas tradicionalmente masculinas (Foot, 1990; Gaspard 2000 e 2002; May, 1994).

Até este ponto, descrevemos e colocamos em perspectiva as linhas que estabeleceram os estudos sobre mulheres e vida diplomática e que foram mais amplamente utilizados para casos europeus e para considerar algumas das conexões entre geografias distantes. Na sequência, apontarei algumas tendências que propõem estruturas teóricas e sugerem abordagens metodológicas e que atravessam parte da literatura discutida até agora. A primeira, usada principalmente em estudos históricos, propõe dar atenção à “agência das mulheres” (*women’s agency*) ou à “agência feminina” (*female agency*) (Sluga e James, 2016; James, 2020) e analisar as trajetórias de mulheres como sujeitos ativos dentro da diplomacia por terem sido mediadoras em assuntos estatais, criadoras de relações e ativas negociadoras políticas. Nos últimos anos, em consonância com a questão da agência,

vários trabalhos começaram a problematizar de maneira mais sistemática a perspectiva de gênero (Cassidy, 2018).

A segunda tendência oferece sugestões para estudar, de maneira dinâmica, as experiências das mulheres e dos homens da diplomacia sem cair na tentação de propor cortes incisivos entre esfera íntima ou privada, doméstica, pessoal, pública, estatal (Dean, 2012; Lorient, 2016; McEnaney, 2021). A terceira, em diálogo com a anterior, enfatiza as experiências e as práticas de agentes da diplomacia, entre os quais as mulheres, e postula pensar nas margens de autonomia, as sobreposições entre dimensões estatais e dimensões de vida, a possibilidade de desenhar agendas pessoais em contextos ritualizados e protocolizados, e a análise de modos, jargões, gestos e formas de comunicação (Andretta *et al.*, 2020; Biow, 2002; Frigo, 2020; Towns e Niklasson, 2020; Towns, 2020). A quarta, proveniente das Relações Internacionais, faz referência ao “giro de gênero na diplomacia” (*gender turn in diplomacy*) e apresenta novas agendas de pesquisa atentas às dinâmicas de exclusão e inclusão das mulheres nos âmbitos diplomáticos, incorporando a teoria feminista e combinando-a com a Análise de Política Exterior (Aggestam, 2019; Aggestam e Town, 2019; Aggestam e True, 2020).

Em algumas latitudes, principalmente europeias e norte-americanas, pode-se falar de um campo de estudos em desenvolvimento sustentado nas últimas duas décadas, visível, ao mesmo tempo, em projetos de pesquisa, colóquios internacionais e volumes monográficos e coletivos.³ Em vários países da América Latina, os estudos a esse respeito são incipientes, embora promissores, como buscarei mostrar em seguida.

3 Alguns projetos que se desenvolveram nas últimas duas décadas são os seguintes: “Women of the World: Gender, British Diplomacy and International Politics, c.1870 to the present” (2012), liderado por Helen McCarthy no Queen Mary, University of London. Disponível em: <<https://gtr.ukri.org/projects?ref=AH%2F1026723%2F1#/tabOverview>>. Acesso em: 31 jan. 2022; “Women and Peacebuilding: A Multilevel Perspective” (Universiteit Leiden). Disponível em: <<https://www.universiteitleiden.nl/en/research/research-projects/governance-and-global-affairs/women-and-peacebuilding-a-multilevel-perspective#tab-1>>. Acesso em: 21 jan 2022; “An international history of gender and diplomacy”, liderado por Ann Towns, University of Gothenburg. Disponível em: <<https://www.gu.se/en/research/an-international-history-of-gender-and-diplomacy>>. Acesso em 31 jan. 2022; “Gendering Diplomacy and Foreign Policy”, coordenado por Karin Aggestam e Annika Bergman-Rosamond na Lund University. Disponível em: <<https://www.svet.lu.se/en/research-0/research-projects/gendering-diplomacy-and-foreign-policy?q=research/research-projects/gender-and-international-negotiations>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

Mulheres latino-americanas e vida diplomática: desafios e propostas

As novidades da nova história diplomática transitaram na última década nos âmbitos historiográficos latino-americanos. Novas linhas interpretativas foram traçadas no calor das pesquisas e publicações de um amplo número de especialistas provenientes da História, da Antropologia, das Relações Internacionais e da Ciência Política. Algumas características que distinguem estas novas produções da tradicional história da diplomacia e dos vínculos entre nações são as seguintes: uma atitude transdisciplinar, que habilita a utilização de caixas de ferramentas variadas para estudar redes, sociabilidades, trajetórias e espaços de produção e circulação de saberes de projeção internacional; apostas interpretativas de articulação de escalas de análise (nacional, regional, internacional); seleção de objetos de estudo que, em si mesmos, habilitam uma perspectiva transnacional e atenta a superar os nacionalismos historiográficos⁴.

Por sua vez, os estudos sobre mulheres e vida diplomática na América Latina constituem um campo ainda incipiente, com contribuições sugestivas que seguramente se desenvolverão nos próximos anos. Atualmente, contamos com trabalhos sobre determinados países que abordam especificamente as mulheres em espaços dos serviços exteriores e nos organismos internacionais. Para o caso do Brasil, por exemplo, existem estudos sobre as trajetórias de figuras relevantes para abordar a história das mulheres na corte imperial, dentro do Ministério das Relações Exteriores e para comparar percursos de mulheres da diplomacia em Portugal e no

4 Os dossiês a seguir fornecem uma aproximação das possibilidades que se abriram nos últimos anos: "Relaciones internacionales, identidades colectivas y vida intelectual en América Latina, 1810-1945", coordenado por Ori Preuss e Juan Pablo Scarfi, publicado na *Revista Complutense de Historia de América*, n. 39, 2013, contém artigos de Paula Bruno, Charles Jones, João Paulo Coelho de Souza Rodrigues e Juan Pablo Scarfi; "Diplomacia, vida cultural y producción de saberes", coordenado por Juan Pablo Scarfi e publicado nos dossiês de difusão de *historiapolitica.com* sob o número 66 em novembro de 2015, contém artigos de Martín Bergel, Paula Bruno, Álvaro Fernández Bravo, Pablo Ortemberg e Juan Pablo Scarfi; "Panamericanismo, hispanoamericanismo y nacionalismo en los festejos identitarios de América Latina, 1880-1920. Performances y encrucijadas de diplomáticos e intelectuales", coordenado por Pablo Ortemberg e publicado em *Anuario IEHS*, v. 32, n. 1, 2017, contém artigos de Paula Bruno, Alexandra Pita González, Javier Moreno Luzón e Ascensión Martínez Riaza; "Intelectuales y diplomacia en América Latina", coordenado por Carlos Marichal e Alexandra Pita González na *Revista de Historia de América*, n. 159, enero-junio de 2019, contém artigos de Paula Bruno, Juan Pablo Scarfi, Nathalia Henrich, Mariana Moraes Medina e Cecilia Guadalupe Neubauer; "Reflexiones sobre el uso de fuentes diplomáticas para la reconstrucción histórica de la Argentina de la *belle époque*", coordenado por Martín Albornoz e Agustina Rayes, publicado na *Revista Electrónica de Fuentes y Archivos*, n. 20, 2020, contém artigos de Martín Albornoz, Paula Bruno, Lila Caimari, Pablo Ortemberg e Agustina Rayes.

Brasil (De Souza Farias, 2017 e 2019). Sobre o contexto mexicano, várias contribuições se concentraram na figura de Edith O’Shaughnessy, esposa de um encarregado de negócios norte-americano. Esta figura chamou a atenção dos estudiosos por dois motivos centrais: o casal esteve no México durante o período inicial da Revolução Mexicana e O’Shaughnessy escreveu um livro de memórias sobre os acontecimentos intitulado *A Diplomat’s Wife in Mexico* (1916) (Wood, 2004; Pita González e Ayala Flores, 2015). Por sua parte, também o período de vida de Alexandra Kollontai no México foi objeto de interesse (Ortiz Peralta, 2017). Sobre mulheres nascidas em território mexicano, há trabalhos sobre a trajetória de Palma Guillén (Huck, 1999; Pompa Alcalá, 2019). Para o caso do Chile, chamou a atenção sobretudo a figura de Gabriela Mistral como representante de seu país frente a distintos postos e organismos internacionais (Caballé, 1993; Horan, 2009a e 2009b; Wilkins, 2015).

Outros trabalhos, embora não foquem estritamente nas mulheres e sua relação com a vida diplomática, apresentam perfis de mulheres que em outros recortes geográficos foram abordados a partir dessas coordenadas interpretativas. É o caso de contribuições sobre as *salonières* americanas (Batticuore, 2005; Chambers, 2005) ou sobre as figuras dinásticas que tiveram ingerência nas crises monárquicas e na trama das revoluções de ruptura do laço colonial (Ternavasio, 2015).

À luz de um projeto de pesquisa que coordenei e que resultou em um livro (Bruno, Pita e Alvarado, 2022), ofereço aqui algumas reflexões para pensar nos desafios e possibilidades que se apresentam na hora de estudar as mulheres nascidas na América Latina que cumpriram alguma função ou ocupação na vida diplomática e que propus chamar de “embaixadoras culturais”. A denominação surge das seguintes características: como “filhas” de seus países em outros territórios, estas mulheres cumpriram o papel de articuladoras de relações e laços de afinidade no mundo diplomático, foram percebidas como figuras com potencial de mediação na esfera política, e geraram imagens, informação e novidades que circularam em distintos cenários em escala transnacional.

Por outro lado, em outros lugares, elas foram consideradas mulheres públicas e representantes de interesses e valores de suas nações. Neste

sentido, estas mulheres foram portadoras de valores, ideias e noções sobre o que na época se pensava ou especulava sobre seus espaços de origem (locais, nacionais ou regionais), às vezes, apesar de suas vontades e objetivos. De fato, nas fontes abundam referências sobre o que se denominava *spanish type*, termo usado para se referir às mulheres provenientes de territórios que eram ex-colônias espanholas, acerca dos graus de “civilização” e “progresso” das quais eram portadoras, e outras noções que buscavam descrever estas figuras como personificações da identidade americana, latino-americana ou nacional de suas terras de origem. Para oferecer alguns exemplos, proponho perfis possíveis para analisar estas mulheres e algumas considerações sobre os arquivos e os desafios metodológicos para estudar suas trajetórias.

Da segunda metade do século XIX até o início do século XX, o ritmo de consolidação das instituições estatais na América Latina gerou novas oportunidades de acesso a cargos e funções para homens de determinadas famílias e posições. Entre estas oportunidades, as do serviço exterior propiciaram que figuras latino-americanas pudessem transitar por circuitos e espaços da diplomacia que contavam com níveis de formalização e protocolos consolidados, alguns dos quais haviam sido formados durante séculos (Delgado Llanos e Sánchez Andrés, 2012). Comissários especiais, encarregados de negócios, ministros plenipotenciários, secretários de consulados, cônsules e adidos foram apenas alguns dos cargos que os homens das novas repúblicas começaram a ocupar (Bruno, 2018; Cagliao Vila e Elías-Cano, 2018; Suárez Argüello e Sánchez Andrés, 2017). Simultaneamente, algumas mulheres nascidas na América de língua espanhola também tiveram a possibilidade de ocupar distintos papéis como consortes, mães, filhas, anfitriãs e acompanhantes nos espaços diplomáticos.

Iniciado o século XX e, principalmente no contexto posterior à Primeira Guerra Mundial, a diplomacia como braço transnacional da administração dos Estados nacionais começou a se sobrepor aos âmbitos resultantes do surgimento de organismos internacionais. Ao mesmo tempo, surgiram atores envolvidos em causas que transcendiam as fronteiras e lutavam por demandas gerais, como o pacifismo e a luta contra a guerra, ou a extensão dos direitos civis e políticos (Mckenzie, 2011). Dentro dessa estrutura

de ampliação, sobreposição e retroalimentação, as mulheres assumiram cargos em agências e outras áreas de trabalho e continuaram a atuar em organizações beneficentes e de bem-estar social (Sánchez, 2019). Elas também lideraram movimentos e foram articuladoras entre associações que surgiram da sociedade civil e diferentes níveis de administrações estatais e supranacionais (Goodman, 2012, Patterson, 2008).

Considerando essas tendências gerais, apresentarei alguns perfis delineados entre o século XIX e a Primeira Guerra Mundial que podem ser estudados para os casos latino-americanos. Essas trajetórias fazem parte de um período anterior à entrada massiva de mulheres profissionais em esferas e organizações internacionais. Em outras palavras, tento oferecer um panorama de possibilidades em um contexto em que não apenas não havia funcionárias públicas especializadas ou diplomatas de carreira, como também não existiam secretárias, tradutoras oficiais ou estenógrafas treinadas. Optei por definir três perfis que, embora apresentem semelhanças com os de outras latitudes, também nos permitem analisar como foram exercidos e que modulações particulares podem ser detectadas nas mulheres nascidas nas nações forjadas após o rompimento dos laços coloniais.

Damas diplomáticas: algumas mulheres latino-americanas encarnavam o papel de damas diplomáticas (um termo da época e também analítico) e combinavam características das *salonières* com as das esposas diplomáticas com margens de ação. A categoria de *salonière* se refere a aquelas que articulavam a cultura da conversação e a troca de ideias nas esferas literárias e políticas da sociabilidade (Anderson, 2006; Craveri, 2005a e 2005b; Kale, 2006). Já as esposas diplomáticas com margens de ação compunham um perfil que encontramos, para o caso europeu, em Paulina Clementina de Metternich-Winneburg, conhecida como Madame de Metternich, seu arquétipo.

Sobre este perfil, reconhecido na Europa, é preciso assinalar algumas particularidades que devemos considerar no momento de analisar mulheres nascidas em territórios latino-americanos. É preciso recordar que, enquanto nas sociedades do Antigo Regime existiam culturas diplomáticas aristocráticas e cortesãs gestadas e consolidadas desde, pelo menos, o século XVI, por outro lado, as mulheres latino-americanas que nasceram em ex-colônias

espanholas e começaram a acompanhar delegados oficiais dos governos pós revolucionários não contavam com os saberes e as habilidades sociais que suas homólogas europeias possuíam. Ou seja, elas eram mulheres que não pertenciam a famílias da antiga aristocracia e que, como esposas, companheiras ou próximas a figuras públicas masculinas, passaram a estar presentes em missões diplomáticas e estruturas de sociabilidade de cortes europeias ou outras novas nações americanas e transitaram por experiências de aprendizagem para se somar aos ritmos e às condutas vigentes em outros lugares.

Foi possível constatar que, enquanto que mulheres nascidas no Brasil, como Maria Izabel Pinto Andrade de Lisboa, Baronesa de Japurá, conhecida como Madame Lisboa (esposa do Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Império do Brasil, Miguel Maria Lisboa, Barão de Japurá, em Washington na década de 1860), eram amplamente reconhecidas pelas suas pares europeias como damas diplomáticas e como animadoras de uma delegação que estava à altura das do Velho Mundo, outras mulheres nascidas na Argentina, como Eduarda Mansilla e Guillermina Oliveira Cézár, casadas com homens de responsabilidades diplomáticas, foram em várias ocasiões julgadas de maneira diferente por virem de países novos. Ambas atravessaram processos de aprendizagem que lhes permitiram ser mimetizadas com os espaços diplomáticos antigos e aprenderam a se vestir, a se desenvolver, a conversar e organizar eventos que, com o tempo, permitiram que fossem bem aceitas entre suas pares europeias e se tornassem animadoras de encontros diplomáticos.

Entretanto, foi possível também constatar que, visto que os serviços exteriores latino-americanos estavam em processo de formação, elas acabavam também trabalhando como tradutoras ocasionais, assistentes administrativas não remuneradas, intermediárias e formadoras de círculos de afinidade e amizade. Por último, creio ser oportuno indicar que, em um contexto no qual as viagens presidenciais não eram tão usuais e no qual a figura de “primeira-dama” ainda não estava consolidada, as esposas, *partners*, ou damas diplomáticas, eram as mulheres que representavam no mundo transnacionalizado da diplomacia os valores e as características de seus países. Prova disso é, por exemplo, o fato de que Guillermina Oliveira Cézár e seu marido, Eduardo Wilde, como representantes argentinos em

Madri, tenham obtido sucesso em realizar, entre outros eventos, a visita da Infanta Isabel de Bourbon às celebrações do Centenário argentino (1910), que se considera um fato que selou a amizade entre Espanha e Argentina. A primeira deixou de ser vista como uma ex-metrópole e se tornou, em vez disso, uma “mãe-pátria” que apontava para suas antigas colônias como suas “filhas amadas”.

Embaixadoras da paz: o século XIX latino-americano foi caracterizado por constantes confrontos, redefinições de fronteiras e disputas pelo controle de certas áreas entre os novos países. Neste contexto, ocorreram várias situações de definição de limites, levando a reuniões, pesquisas e tratados de delimitação de fronteiras. A história diplomática de teor institucional conta como eram resolvidos esses conflitos por meio de decisões judiciais e encontros entre representantes estatais.

Foi possível observar como, paralelamente a essas ações, outras foram geradas pela sociedade civil, que sustentavam campanhas públicas para reivindicar a fraternidade americana e mediar esses conflitos. Nestas iniciativas, o trabalho das mulheres se destacava. O papel das mulheres de elite que empreenderam ações pacifistas antes da Primeira Guerra Mundial merece, do meu ponto de vista, atenção especial. Para casos europeus, há perfis como o de Bertha von Suttner, primeira ganhadora do Prêmio Nobel da Paz em 1905. Seu perfil correspondia a certas características: oriunda de uma família de militares, com título de baronesa, educada em círculos de sociabilidade cosmopolitas, conseguiu conquistar um espaço no cenário do pacifismo internacional.

Na América Latina, uma vez mais, encontrar mulheres que possam ser comparadas com este perfil é uma tarefa menos óbvia. Às vezes, algumas ações pacifistas se sobrepunham às de mulheres que pertenciam a círculos católicos, por exemplo, e é um desafio encontrar nomes próprios. Creio que vale à pena o esforço de procurar algumas pistas para encontrar perfis como o de Ángela Oliveira César, nascida na Argentina, que foi a força motriz por trás do projeto de colocar o chamado “Cristo dos Andes” na fronteira entre o Chile e a Argentina e fundou a Associação Sul-Americana de Paz Universal, em 1908, a primeira do gênero na América Latina. Suas ações como embaixadora da paz não foram encomendadas por nenhum

nível da administração do Estado, nem estavam relacionadas às tarefas de seu marido, mas ecoaram internacionalmente ao ponto de torná-la uma referência nos circuitos pacifistas internacionais. Esse fato fez com que, em algumas ocasiões, suas ações fossem reconhecidas e “oficializadas” em instâncias posteriores às datas em que foram realizadas. Suas iniciativas talvez possam ser enquadradas na noção de “diplomacia cultural não-estatal” (Biltekin, 2020), porque alcançaram ampla repercussão e a converteram na primeira mulher nascida na América Latina candidata ao Prêmio Nobel da Paz em 1911 (Norderval, 2021). Também é interessante analisar esse tipo de perfil porque ele mostra como as mulheres de novas nações se envolveram, à sua maneira, em uma sociedade civil transnacional com demandas compartilhadas e iniciativas comuns que adotaram modulações específicas em cada espaço geográfico (Rupp, 1994; Batliwala e Brown, 2006).

Escritoras diplomáticas: o papel dos escritores diplomáticos ou escritores e diplomatas foi analisado em distintas geografias e com distintos enfoques interpretativos (Badel *et al.*, 2012; Constantinou, 1996). Por um lado, para definir alguns perfis de enviados e enviadas dos serviços exteriores latino-americanos a certos destinos, às vezes se utiliza a noção de “diplomacia dos poetas” ou “diplomacia dos escritores” e se costuma mencionar figuras como Amado Nervo e Juan Zorrilla de San Martín para o século XIX, ou Alfonso Reyes e Gabriela Mistral para o século XX, entre outros. Nos casos destes nomes, suas trajetórias como escritores antecederam as missões para as quais eram enviados.

No entanto, me interessa chamar a atenção sobre outro perfil, o de mulheres que escreveram textos como ficções, memórias, ou estudos sobre temas específicos em contextos diplomáticos e que, anteriormente, não contavam necessariamente com uma reputação na vida literária de seus países de origem. No caso de mulheres latino-americanas, é possível pensar que apenas o fato de frequentar espaços que as distanciavam de seus lugares de nascimento já lhes brindava a possibilidade para circular por cenários muito diferentes aos de suas terras natais e de se converter, portanto, em figuras cosmopolitas, articuladoras de ideais, usos e hábitos de lugares bastante diferentes entre si.

É possível pensar que, neste sentido, seus primeiros passos no cenário internacional começavam com viagens que faziam parte da cultura do Grand Tour, que funcionava na vida diplomática como um rito de iniciação, pois era uma experiência de transição para abandonar uma atitude provinciana e se tornar cosmopolita (Mori, 2013, p. 151-166). Se essas experiências iniciais permitiam que elas conhecessem outros lugares, aprendessem ou praticassem idiomas e desenvolvessem habilidades sociais, as estadias diplomáticas mais longas as inseriram totalmente no mundo “mais amplo” e transnacional da diplomacia, o que poderia trazer à tona interesses intelectuais (Mösslang e Riotte, 2008).

Por sua vez, algumas hipóteses também foram apresentadas sobre como as figuras masculinas na diplomacia reconheciam suas esposas como autoras de seu trabalho intelectual surgido nas esferas diplomáticas (Bassnett, 2011). Com base nessas considerações, acredito que vale à pena estudar perfis de mulheres latino-americanas que desenvolveram projetos de escrita em esferas e circuitos diplomáticos por várias razões: elas tiveram uma experiência de mundo diferente das suas conterrâneas; circularam por espaços que as colocaram em contato com homens e mulheres de letras de outras latitudes; estiveram próximas dos chefes de editoras e revistas de várias cidades; apesar da vida agitada da diplomacia – marcada por eventos sociais, organização de encontros, circulação pelas residências de diferentes delegações, participação em atos oficiais de distintas nações –, puderam encontrar momentos para se dedicar à escrita (como as férias de verão).

Às vezes, as produções dessas mulheres têm títulos que, à primeira vista, podem dar pistas que as ligam de maneira óbvia à diplomacia, mas considero possível analisar livros que foram classificados, por exemplo, como literatura de viagem e que podem ser considerados como fontes para se aprofundar nos interiores da vida diplomática. Neste sentido, investiguei o caso de Eduarda Mansilla, cujo livro *Recuerdos de viaje*, publicado no início da década de 1880, costuma ser definido como literatura de viagem. A sua releitura e a possibilidade de revisá-lo em perspectiva comparativa com fontes de arquivo me permitiu pensá-lo como um arquivo testemunhal sobre sua experiência diplomática da década de 1860, além do caminho de uma mulher latino-americana que tentava entrar nos circuitos de tomada

de decisões políticas internacionais sem as habilidades necessárias. Também analisei como Mansilla publicou em Paris uma obra que fazia referência à vida em sua terra natal, *Pablo, ou la vie dans les Pampas*, que lhe rendeu o apelido de “escritora diplomática” nas resenhas.

Depois de apresentar as trajetórias de várias figuras que correspondem aos perfis que estudei, encerrarei este texto com uma reflexão final sobre os arquivos e as fontes disponíveis e os limites e as possibilidades de estudo dos perfis de mulheres descritos.

Em geral, nas coleções de documentação diplomática latino-americana do século XIX e do início do século XX, as mulheres são mencionadas com referências pouco nítidas e escorregadias. A correspondência disponível, lida hoje, impressiona quando observamos o pouco espaço para alusões a mulheres em obituários e cartas: saudações educadas a filhas e esposas, referências à beleza e ao tipo físico mencionadas de passagem, agradecimentos pelo envio de doces ou frutas, retratos de mulheres enviados por homens com uma saudação e uma assinatura, aparecem constantemente nos intercâmbios. No entanto, os nomes próprios são referidos por expressões diminutivas, iniciais ou apelidos reconhecidos apenas pelos membros de uma rede de parentesco. Dadas essas condições, torna-se uma tarefa obrigatória estudar as vicissitudes da vida de diferentes homens na diplomacia, a fim de encontrar vestígios das figuras que estiveram ao seu lado (mães, irmãs, esposas e filhas) e que, de fato, enriqueceram as experiências diplomáticas de diferentes delegações. Isso é possível para as mulheres que faziam parte do ambiente diplomático dos homens e é menos simples para aquelas que tomaram iniciativas individuais.

Somadas às fontes dos arquivos estatais dos serviços estrangeiros e das coleções pessoais, um arquivo privilegiado para encontrar essas mulheres são as publicações periódicas. Porém, são vários os desafios na abordagem dessas fontes. Em primeiro lugar, é preciso levar em conta que elas quase nunca são mencionadas por seus nomes próprios, de modo que as buscas em diferentes idiomas devem ser feitas usando expressões como “senhora de”, “madame de” e, no século XX, por afirmativas como “ministra mexicana” ou “embaixadora chilena”, que não correspondem aos nomes oficiais.

Em segundo lugar, é necessário considerar que o mundo da diplomacia foi influenciado pelas lógicas estatais dos países de origem, pela dinâmica dos países receptores e pelos padrões comportamentais e sociais de diferentes geografias. Portanto, é nas colunas dedicadas às crônicas sociais, à vida mundana, às referências a temporadas de musicais e aos comentários sobre modas e tendências que são traçados os perfis das mulheres da vida diplomática. Dessa forma, é necessário refinar nossa pesquisa para dar conta das representações feitas sobre elas por diferentes tipos de repórteres. Em meio a menções sobre a beleza e bom gosto e descrições de vestidos e joias, às vezes encontramos representações dos países de origem, reflexões das mulheres latino-americanas e considerações sobre seu peso como mediadoras políticas, formadoras de relações convenientes ou articuladoras culturais. O preconceito positivo da diplomacia como uma esfera de glamour e lazer apresenta desafios para a reconstrução das trajetórias das mulheres que nela trabalharam.

Por fim, embora as fontes possam ser escassas para o século XIX e para as primeiras décadas do século XX, acredito que seja necessário aceitar o desafio de tentar captar os estados de ânimo (como cansaço, solidão, instabilidade econômica ou sentimentos de isolamento e exílio) que perpassavam as mulheres da vida diplomática. Ainda que seja muito difícil encontrar cartas escritas por essas mulheres, é preciso fazer um esforço para comparar arquivos e examinar referências cruzadas a fim de analisar as tensões geradas pela constante exposição pública dessas mulheres – aparentemente dominadas pelo lazer, luxo, glamour e entretenimento – e suas próprias avaliações dos custos e tribulações gerados pelas experiências diplomáticas.

Considerações finais

Neste capítulo, realizei um balanço da literatura disponível para dois amplos espaços geográficos, a Europa Ocidental e a América Latina, e apresentei algumas possibilidades de como o estudo das mulheres na vida diplomática nos permite articular as noções de local, nacional e global a partir de experiências concretas.

Considerando que me concentrei em mulheres que não exerciam funções governamentais ou oficiais, ou seja, que não eram credenciadas para representar seus países, acredito ser importante observar que é aconselhável não cair na tentação de propor cortes nítidos entre noções como “representação formal” e “representação informal”, ou “espaço privado e doméstico” e “arena pública e política”. Várias das contribuições da nova história diplomática mostraram como essas divisões deixaram de ser produtivas para pensar o cenário diplomático. Esse fato encontra várias explicações baseadas na dinâmica das próprias esferas do serviço de relações exteriores. Por exemplo, as delegações eram compostas por membros da família, aos quais se juntavam amigos, parentes próximos e distantes, viajantes de passagem, funcionários domésticos permanentes e outros associados próximos que, às vezes, estavam relacionados aos membros das delegações por afinidade de idioma ou pertencimento compartilhado. Em outros trabalhos, propus a noção de “família diplomática” para pensar sobre esses grupos estendidos que compunham as delegações e habitavam seus espaços. Neles, as mulheres cumpriam diferentes papéis estipulados, como o de anfitriãs ou de agitadoras sociais, mas outros eram concebidos no calor das experiências específicas que se impunham nos diferentes destinos em que se instalavam. De fato, as mulheres consideradas portadoras do *savoir faire* diplomático eram aquelas que compreendiam rapidamente quais protocolos seguir, quais regras de sociabilidade eram apropriadas em cada geografia e o que se esperava delas na articulação de relações de amizade, afinidade e no âmbito de certas negociações.

Como os perfis que propus não se enquadram em um estágio de profissionalização em que as mulheres possam ser consideradas especialistas ou praticantes, tentei mostrar que há desafios quando se trata de pensar em noções que expliquem suas ações em nível internacional. Às vezes, elas eram percebidas como portadoras de valores, ideias e atitudes de seus países de origem sem a intenção de fazê-lo, por exemplo. Em outras ocasiões, seus esforços públicos e trabalhos intelectuais eram oriundos de interesses privados, mas acabaram gerando benefícios oficiais porque foram vistos como iniciativas valiosas para seus governos. Nesse sentido, acredito que a problematização da noção de *soft power* nos incentiva a explorar outras também, como a de “diplomacia cultural não estatal”, proposta por

Biltekin para estudar o papel das mulheres suecas em ambientes norte-americanos (2020). Esta autora demonstrou até que ponto, sem diretrizes oficiais explícitas ou remuneração concreta, e somente por meio de gestos, atitudes e formas de se apresentar em áreas de tomada de decisão política, as mulheres poderiam se tornar *unofficial ambassadors* e deixar sua marca ao representar seus países de origem.

Embora essas considerações contribuam de alguma forma para sustentar as diferenças que descrevi entre oficial (ou formal) e não oficial (ou informal), a noção que propus de “embaixadoras culturais” nos permite pensar nessas mulheres em cenários nos quais essas distinções não assumem tanto peso, pois elas se tornaram articuladoras de territórios distantes com sua presença e suas ações que, às vezes, estavam em sintonia com as diretrizes e propostas do Estado e, em outras, respondiam a contingências ou situações fortuitas. Como sugeri, em algumas de suas trajetórias, podemos ver altos graus de performatividade quando se trata de dar conta de interesses que podem ou não estar em sintonia com os interesses governamentais. O fato de suas trajetórias serem diferentes das de suas conterrâneas, por sua vez, permitiu que elas fossem portadoras de conhecimentos e habilidades sociais que as diferenciaram e as tornaram foco de atenção tanto em seus países de origem quanto em destinos diplomáticos e internacionais.

Em suma, espero que este exercício de apresentar leituras, organizar áreas temáticas e propostas analíticas e interpretativas sobre a vida diplomática e as mulheres sirva como um convite para incentivar estudos sobre outros recortes geográficos e que possamos continuar a mapear o espaço expandido e transnacional pelo qual essas mulheres viajaram e viveram.

Referências

AGGESTAM, Karin; TOWN, Ann. The Gender Turn in Diplomacy: A New Research Agenda. *International Feminist Journal of Politics*, v. 21, n. 1, 2019, p. 9-28.

AGGESTAM, Karin; TOWN, Ann; TRUE, Jacqui. Gendering Foreign Policy: A Comparative Framework for Analysis. *Foreign Policy Analysis*, v. 16, n. 2, abr. 2020, p. 143-162.

AGGESTAM, Karin; ROSAMOND, Annika Bergman; KRONSELL, Annica. Theorising Feminist Foreign Policy. *International Relations*, v. 33, n. 1, mar. 2019, p. 23-39.

ALEXANDER, Amy; BOLZENDAHL, Catherine; JALALZAI, Farida (org.). *Measuring Women's Political Empowerment across the Globe*. Nova York: Springer Publishing, 2018.

ALLEN, Gemma. The Rise of the Ambassadors: English Ambassadorial Wives and Early Modern Diplomatic Culture. *The Historical Journal*, v. 62, n. 3, 2019, p. 617-638.

ALONSO, Harriet Hyman. *Peace as a Women's Issue: the U.S. Movement for World Peace and Women's Rights Since 1820*. Nova York: Syracuse University Press, 1992.

ANDERSON, Donovan. Franco-German Conversations: Rahel Levin and Sophie von Grotthuss in Dialogue with Germaine de Staël. *German Studies Review*, v. 29, n. 3, out. 2006, p. 559-577.

ANDRETTA, Stefano; BÉLY, Lucien; KOLLER, Alexander; POUMARÈDE, Géraud. *Esperienza e diplomazia: saperi, pratiche culturali e azione diplomatica nell'Età moderna (secc. XV-XVIII)*. Roma: Viella, 2020.

BADEL, Laurence; FERRAGU, Gilles; JEANNESSON, Stanislas; MELTZ Renaud (org.). *Écrivains et diplomates: l'invention d'une tradition, XIXe-XXIe siècles*. Paris: Colin Institutes français, 2012.

BATTICUORE, Graciela. *La mujer romántica. Lectoras, autoras y escritores en la Argentina: 1830-1870*. Buenos Aires: Edhasa, 2005.

BASHEVKIN, Sylvia (org.). *Opening Doors Wider: Women's Political Engagement in Canada*. Vancouver: UBC Press, 2009.

BAYES, Jane (org.). *Gender and Politics: The State of the Discipline*. Opladen: Verlag Barbara Budrich, 2012.

BASSNETT, Madeline. "All the Ceremonies and Civilities": The Authorship of Diplomacy in the Memoirs of Ann, Lady Fanshawe. *The Seventeenth Century*, v. 26, n. 1, 2011, p. 94-118.

BERGER, Dina. Raising Pan Americans: Early Women Activists of Hemispheric Cooperation, 1916-1944. *Journal of Women's History*, v. 27, n. 1, 2015, p. 38-61.

BILTEKIN, Nevra. Unofficial Ambassadors: Swedish Women in the United States and the Making of Non-State Cultural Diplomacy. *International Journal of Cultural Policy*, v. 26, n. 7, 2020, p. 959-972.

BIOW, Douglas. *Doctors, Ambassadors, Secretaries: Humanism and Professions in Renaissance Italy*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

BLASCO LISA, Sandra; MAGALLÓN PORTOLÉS, Carmen (org.). *Feministas por la paz: la liga internacional de mujeres por la paz y la libertad (WILPF) en América latina y España*. Barcelona: Icaria editorial, 2020.

BROOMHALL, Susan. *Women and Power at the French Court, 1483-1563*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2018.

BRUNO, Paula. *Martín García Mérou*. Vida intelectual y diplomática en las Américas. Bernal: Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes, 2018.

BRUNO, Paula; PITA, Alexandra; ALVARADO, Marina. *Embajadoras culturales*. Mujeres latinoamericanas y vida diplomática, 1860-1960. Rosário: Prohistoria/Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 2022.

CABALLÉ, Ana. Gabriela Mistral en Madrid. *Anales de literatura hispanoamericana*, n. 22, 1993, p. 231-245.

CAGIAO VILA, Pilar; ENRIQUE, Elías; CANO, Jorge (dir.). *España como escenario. Política y acción cultural de diplomáticos latinoamericanos (1880-1936)*. Santa Marta: Editorial UniMagdalena, 2018.

CALKIN, Homer. *Women in the Department of State: Their Role in American Foreign Affairs*. Washington: Department of State, 1978.

CÁNDIDA SMITH, Richard. *Improvised Continent: Pan-Americanism and Cultural Exchange*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017.

CASADO SANCHEZ, María Ángeles; MORENO SECO, Mónica. María Cristina de Borbón y María Cristina de Habsburgo: dos regentes entre los modos aristocráticos y los burgueses. *Historia y Política*, n. 31, 2014, p. 113-138.

CASSIDY, Jennifer (org.). *Gender and Diplomacy*. Londres: Routledge, 2018.

CHAMBERS, Shara. Cartas y salones: mujeres que leen y escriben la nación en la Sudamérica del siglo diecinueve. *Araucaria: Revista Iberoamericana de Filosofía, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales*, v. 7, n. 13, 2005, p. 77-106.

COMSA, María Teodora; CONROY, Melanie; EDELSTEIN, Dan; EDMONDSON, Chloe; Willan, Claude. The French Enlightenment Network. *Journal of Modern History*, v. 88, n. 3, set. 2016, p. 495-534.

CONSTANTINOU, Costas M. *On the Way to Diplomacy*. Minneapolis, Londres: University of Minnesota Press, 1996.

CRAVERI, Benedetta. *Amantes y reinas: el poder de las mujeres*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

CRAVERI, Benedetta. *Madame du Deffand y su mundo*. Madri: Siruela, 2005.

CRAVERI, Benedetta. *L'âge de la conversation*. Paris: Gallimard, 2005.

CROMWELL, Judith. *Dorothea Lieven: a Russian Princess in London and Paris, 1785-1857*. Jefferson: McFarland & Co., 2007.

DAYBELL, James. Gender, Politics and Diplomacy: Women, News and Intelligence Networks in Elizabethan England. In: ADAMS, Robyn; COX, Rosanna (org.). *Diplomacy and early modern culture*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2011.

DAYBELL, James; SVANTE, Norrhem (org.). *Gender and Political Culture in Early Modern Europe, 1400-1800*. Londres: Routledge, 2017.

DE SOUZA FARIAS, Rogério. Do You Wish Her to Marry? Brazilian Women and Professional Diplomacy, 1918-1938. *Diplomacy & Statecraft*, v. 28, n. 1, 2017, p. 39-56.

DE SOUZA FARIAS, Rogério. Os elos perdidos: a atuação feminina na diplomacia Luso-Brasileira, 1780-1822. *Ex aequo*, n. 40, 2019, p. 15-30.

DEAN, Robert. The Personal and the Political: Gender and Sexuality in Diplomatic History. *Diplomatic History*, v. 36, n. 4, set. 2012, p. 763-767.

DENÉCHÈRE, Yves. La place et le rôle des femmes dans la politique étrangère de la France contemporaine. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, v. 78, n. 2, 2003, p. 89-98.

DIERIKX, Marc. The Slow Ascent of Women in Dutch Diplomacy: The Case of Maria Witteveen. *Diplomatica*, v. 2, n. 1, jan. 2020, p. 145-153.

DOMETT, Tania. Soft Power in Global Politics? Diplomatic Partners as Transversal Actors. *Australian Journal of Political Science*, v. 40, n. 2, 2005, p. 289-306.

DORE-AUDIBERT, Andrée. *Propos irrévérencieux d'une épouse d'ambassadeur*. Paris: Karthala, 2002.

DOWNIE, Fiona. “La voie quelle menace tenir”: Annabella Stewart, Scotland, and the European Marriage Market, 1444-56. *The Scottish Historical Review*, v. 78, 1999, p. 170-191.

FOOT, Rosemary. “Where Are the Women? The Gender Dimension in the Study of International Relations”. *Diplomatic History*, v. 14, n. 4, 1990, p. 615-622.

FRIGO, Daniela (org.). *Politics and Diplomacy in Early Modern Italy*. The Structure of Diplomatic Practice 1450-1800. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

GASPARD, Françoise. Les femmes dans les relations internationales. *Politique étrangère*, n. 3-4, 2000, p. 730-741.

GASPARD, Françoise. Les “droits de la femme”: construction d'un enjeu en relations internationales. *Revue internationale et stratégique*, v. 47, n. 3, 2002, p. 46-52.

GOODMAN, Joyce. Women and International Intellectual Co-operation. *Paedagógica Histórica*, v. 48, n. 3, 2012, p. 357-368.

GOTTLIEB, Julie; JOHNSON, Gaynor. Gendering Peace in Europe. *Diplomacy & Statecraft*, v. 31, n. 4, 2020, p. 601-608.

GREAT BRITAIN FOREIGN AND COMMONWEALTH OFFICE. *Women in Diplomacy*. The FCO, 1782-1999. *History Notes*, n. 6, maio 1999. Disponível em: <https://issuu.com/fcohistorians/docs/history_notes_cover_hphn_6>. Acesso em: 18 nov. 2024.

GUENTHER, Beatrice. Trading on Cultural Capital: Madame de Staël's Politics of Literature. *Nineteenth-Century French Studies*, v. 40, n. 3-4, 2012, p. 203-221.

HANOTIN, Guillaume. Femmes et négociations diplomatiques entre France et Espagne au xviiiè siècle. *Genre & Histoire*, n. 12-13, 2013.

HICKMAN, Katie. *Daughters of Britannia. The Lives and Times of Diplomatic Wives*. Nova York: W. Morrow, 1999.

HOCHSCHILD, Arlie. The Role of the Ambassador's Wife: An Exploratory Study. *Journal of Marriage and Family*, v. 31, n. 1, fev. 1969, p. 73-87.

HORAN, Elizabeth. Cónsul Gabriela Mistral in Portugal, 1935-1937: Un policía en la esquina y dos o tres espías adentro del hotel. *Historia*, n. 42, v. II, 2009, p. 401-434.

HORAN, Elizabeth. Una mixtura de calvario y arcadia: la cónsul Gabriela Mistral en Portugal, 1935-1937. *Anales de Literatura Chilena*, ano 10, n. 11, 2009, p. 13-43.

HUCK, James D. Palma Guillén: México's Female Ambassador and the International Image of Mexico's Post-Revolutionary Gender Policy. *MACLAS: Latin American Essays*, n. 13, 1999, p. 159-171.

HUCKER, Daniel. Allowed to Serve, Not to Speak? The Role of Women in International Peace Activism, 1880-1920. *Diplomacy & Statecraft*, v. 31, n. 4, 2020, p. 609-629.

IRIYE, Akira. *Global Community: The Role of International Organizations in the Making of the Contemporary World*. California: University of California Press, 2002.

JEFFREYS-JONES, Rhodri. *Changing Differences: Women and the Shaping of American Foreign Policy, 1917-1994*. Brunswick: Rutgers University Press, 1997.

JOHNSON, Gaynor. Women Clerks and Typists in the British Foreign Office, 1920-1960: A Prosopographic Study. *Diplomacy & Statecraft*, v. 31, n. 4, 2020, p. 771-787.

KALE, Steven. Women, Salons, and the State in the Aftermath of the French Revolution. *Journal of Women's History*, v. 13, n. 4, 2002, p. 54-80.

KALE, Steven. *French Salons: High Society and Political Sociability from the Old Regime to the Revolution of 1848*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2006.

KALE, Steven. Women, Salons and Sociability as Constitutional Problems in the Political Writings of Madame de Staël. *Historical Reflections*, v. 32, n. 2, 2006, p. 309-338.

LAUZON, Matthew. "In the Name of the Princesses of France": Marie Petit and the 1706 French Diplomatic Mission to Safavid Iran. *Journal of World History*, v. 25, n. 2/3, 2014, p. 341-371.

LEDUC, Édouard. *Les salonnières*. Paris: Éditions Complicités, 2020.

LORIOU, Marc. Le travail diplomatique et l'intime. *Socio*, n. 7, 2016, p. 45-64.

MARTINDALE, Hilda. *Women Servants of the State, 1870-1938. A History of Women in the Civil Service*. Londres: George Allen & Unwin, 1938.

MARICHAL, Carlos; PITA, Alexandra. Algunas reflexiones sobre la historia de los intelectuales/diplomáticos latinoamericanos en los siglos XIX y XX. *Revista de Historia de América*, n. 156, jan./jul. 2019, p. 97-123.

MATHESON-Pollock, Helen; PAUL, Joanne; FLETCHER, Catherine (org.). *Queenship and Counsel in Early Modern Europe*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2018.

MAY, Elaine Tyler. Commentary: Ideology and Foreign Policy: Culture and Gender in Diplomatic History. *Diplomatic History*, v. 18, n. 1, 1994, p. 71-78.

MCCARTHY, Helen. Petticoat diplomacy: the admission of women to the British Foreign Service, 1919-1946. *Twentieth Century British History*, v. 20, n. 3, 2009, p. 285-321.

MCCARTHY, Helen. Women, Marriage and Work in the British Diplomatic Service. *Women's History Review*, v. 23, n. 6, 2014, p. 853-873.

MCCARTHY, Helen. *Women of the world: the rise of the female diplomat*. Londres: Bloomsbury, 2015.

MCENANEY, Laura. Personal, Political, and International: A reflection on Diplomacy and Methodology. *Diplomatic History*, v. 36, n. 4, 2021, p. 769-772.

MCKENZIE, Beatrice. The Power of International Positioning: The National Woman's Party, International Law and Diplomacy, 1928-34. *Gender & History*, v. 23, n. 1, abr. 2011, p. 130-146.

MITCHELL, J. M. *International Cultural Relations*. Londres: Allen & Unwin, 1986.

MORI, Jennifer. How Women Make Diplomacy: The British Embassy in Paris, 1815-1841. *Journal of Women's History*, v. 27, n. 4, 2015, p. 137-159.

MORI, Jennifer. *The Culture of Diplomacy: Britain in Europe, c.1750-1830*. Manchester: Manchester University Press, 2013.

NASH, Philip. A Woman's Touch in Foreign Affairs? The Career of Ambassador Frances E. Willis. *Diplomacy & Statecraft*, v. 13, n. 2, 2002, p. 1-20.

NORDEVAL, Ingunn. *Women and the Nobel Peace Prize*. Lake Oswego: Dignity Press, 2021.

ORTIZ PERALTA, Rina. La embajadora roja: Alexandra Kollontai y México. *Relaciones. Estudios de Historia y Sociedad*, n. 148, 2017, p. 13-38.

O'SHAUGHNESSY, Edith Coues. *A Diplomat's Wife in Mexico*. Londres: Harper & Bros, 1916.

PAPACHRISTOU, Judith. American Women and Foreign Policy, 1898-1905: Exploring Gender in Diplomatic History. *Diplomatic History*, v. 14, n. 4, 1990, p. 493-509.

PATTERSON, David. *The Search for Negotiated Peace: Women's Activism and Citizen Diplomacy in World War I*. Londres: Routledge, 2008.

PERKINS, Bradford. A Diplomat's Wife in Philadelphia: Letters of Henrietta Liston, 1796-1800. *The William and Mary Quarterly*, v. 11, n. 4, 1954, p. 592-632.

PÉROL, Huguette. *Femme d'ambassadeur*. Paris: Guibert, 2002.

PITA GONZÁLEZ, Alexandra. *Educar para la paz: México y la Cooperación Intelectual Internacional*. Cidade do México: Universidad de Colima, 2014.

PITA GONZÁLEZ, Alexandra. AYALA FLORES, Hubonor. Miradas tangenciales del México huertista. *Tzintzun: Revista de Estudios Históricos*, n. 62, 2015, p. 149-182.

POMPA ALCALÁ, Georgina. La labor diplomática de Palma Guillén en Colombia y en Dinamarca (1935-1938). *Diacronía*, n. 21, abr. 2019, p. 147-161.

PLUMMER, Brenda Gayle. The Changing Face of Diplomatic History: A Literature Review. *The History Teacher*, v. 38, n. 3, Society for History Education, 2005, p. 385-400.

RAMÍREZ FLORES, Nora. La Mujer en la Diplomacia Mexicana. *Anuario Mexicano de Derecho Internacional*, n. 6, 2006, p. 759-784.

REYNOLDS, David. Debate Forum. International History, the Cultural Turn and the Diplomatic Twitch. *Cultural and Social History*, v. 3, n. 1, 2006, p. 75-91.

RUPP, Leila. Challenging Imperialism in International Women's Organizations, 1888-1945. *NWSA Journal*, v. 8, n. 1, 1996, p. 8-27.

RUPP, Leila. Constructing Internationalism: The Case of Transnational Women's Organizations, 1888-1945. *The American Historical Review*, v. 99, n. 5, 1994, p. 1571-1600.

SABBATINI, Renzo; VOLPINI, Paola (org.). *Sulla diplomazia in età moderna: politica, economia, religione*. Milão: Franco Angeli, 2011.

SANCHEZ MEJÍA, María Luisa. Madame de Staël y la Constitución del año III: el nacimiento del republicanismo liberal. *Historia constitucional: Revista Electrónica de Historia Constitucional*, n. 16, 2015, p. 47-66.

SCHWEIZER, Karl; SCHUMANN, Matt. The Revitalization of Diplomatic History: Renewed Reflections. *Diplomacy and Statecraft*, v. 19, n. 2, 2008, p. 149-86.

SIBLEY, Katherine. Introduction: Gender and Sexuality in American Foreign Relations. *Diplomatic History*, v. 36, n. 4, 2012, p. 695-698.

SLUGA, Glenda. Women at the Congress of Viena. *L'Homme: Journal of Feminist History*, v. 2, jan. 2014.

SLUGA, Glenda; JAMES, Carolyn (org.). *Women, Diplomacy and International Politics Since 1500*. Londres: Routledge, 2016.

SOARES BALESTERO, Gabriela. Mulheres na diplomacia brasileira: breves contribuições teóricas. *Revista na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*, v. 45, n. 2, 2017, p. 104-134.

SUÁREZ ARGÜELLO, Ana Rosa; SÁNCHEZ ANDRÉS, Agustín (dir.). *A la sombra de la diplomacia. Actores informales en las relaciones internacionales de México, siglos XIX y XX*. Cidade do México: Universidad Nacional de San Nicolás de Hidalgo, 2017.

SOWERBY, Tracey; CRAIGWOOD, Joanna (org.). *Cultures of diplomacy and literary writing in the early modern world*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

STEFANO, Andretta; BÉLY, Lucien; KOLLER, Alexander; POUMARÈDE, Géraud. *Esperienza e diplomazia: saperi, pratiche culturali e azione diplomatica nell'Età moderna (secc. XV-XVIII)*. Roma: Viella, 2020.

STEPHANSON, Anders. Commentary: Diplomatic History in the Expanded Field. *Diplomatic History*, v. 22, n. 4, 1998, p. 595-603.

STEPHENSON, Elise. Domestic Challenges and International Leadership: A Case Study of Women in Australian International Affairs. *Australian Journal of International Affairs*, v. 73, n. 3, 2019, p. 234-253.

TERNAVASIO, Marcela. *Candidata a la corona: la infanta Carlota Joaquina en el laberinto de las revoluciones hispanoamericanas*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.

THUILLIER, Guy. *Les femmes dans l'administration depuis 1900*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

TOWNS, Ann. "Diplomacy Is a Feminine Art": Feminised Figurations of the Diplomat. *Review of International Studies*, v. 46, n. 5, 2020, p. 573-593.

TOWNS, Ann, NIKLASSON, Birgitta. Gender, International Status, and Ambassador Appointments. In: *Foreign Policy Analysis*, v. 13, n. 3, 2017, p. 521-540.

WILKINS, Douglas Barry. Gabriela con valija diplomática: La génesis de la vida consular de Gabriela Mistral. In: *Contextos*, n. 33, 2015, p. 113-123.

WOOD, Molly. A Diplomat's Wife in Mexico: Creating Professional Political, and National Identities in the Early Twentieth Century. *Frontiers: A Journal of Women Studies*, v. 25, n. 3, 2004, p. 104-133.

WOOD, Molly. Diplomatic Wives: The Politics of Domesticity and the "Social Game" in the U.S. Foreign Service, 1905-1941. *Journal of Women's History*, v. 17, n. 2, 2005, p. 142-165.

WOOD, Molly. "Commanding Beauty" and "Gentle Charm": American Women and Gender in the Early Twentieth-Century Foreign Service. *Diplomatic History*, v. 31, n. 3, 2007, p. 505-530.

WOOD, Molly. Wives, Clerks, and "Lady Diplomats": The Gendered Politics of Diplomacy and Representation in the U.S. Foreign Service, 1900-1940. *European journal of American studies*, v. 10, n. 1, 2015.

WRIGHT, Herbert. Can a Woman Be a Diplomat? *The North American Review*, v. 248, n. 1, 1939, p. 100-108.